

Estratégia De Sucessão Geracional Na Agricultura Familiar: O Caso Do Condomínio Pizzolatto¹

*Generational succession strategy of family farming: the case of condominium
Pizzolatto*

*Norma Kiyota²
Miguel Angelo Perondi³
José Antonio Nunes Vieira⁴*

Resumo: Este é um estudo acerca das estratégias de sucessão geracional na agricultura familiar. O objetivo é caracterizar a existência do processo de sucessão familiar na organização/formação para o trabalho agrícola, no foco dos investimentos produtivos, na trajetória escolar dos filhos e na vida social das famílias. Para tanto, este estudo realiza uma análise do discurso entre jovens e adultos sobre aspectos da vida e trabalho das famílias rurais que formam o Condomínio Pizzolatto no município de Saudades do Iguaçu (PR). O estudo confirma uma confluência entre as questões de “terra (patrimônio), trabalho e família” com o processo de sucessão, bem como, que essa sucessão somente se estabelece a partir de um projeto conjunto entre pais e filhos num contexto de mercantilização e, que existe a necessidade de se capacitar os filhos para a realização dos projetos. Assim, considerando as mudanças que naturalmente ocorrem num processo de sucessão familiar, bem como, que a sucessão é uma definição essencialmente da família, permeado pelas preferências pessoais, torna-se evidente a necessidade de considerar, cada vez mais, os projetos individuais dos filhos na estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, sucessão geracional e desenvolvimento rural.

Abstract: This is a study of strategies for generational succession in family farming. The goal is to characterize the existence of the family succession process in the organization / training for agricultural work, the focus on productive investments, the academic foot prints of children, and social life of families. Therefore, this study conducts an analysis of discourse between youth and adults on aspects of life and work of rural families that make up the condominium of Pizzolatto in the Saudades do Iguaçu city (PR). The study confirms a confluence of issues "land (equity), work and family" with the process of succession and that this succession is established only from a joint project between parents and children in a context of commodification and that there is a need to empower children to carry out the projects. Thus, considering the changes that naturally occur in the process of family succession, and that the succession is essentially a family setting, permeated by personal preferences, it becomes evident the need to consider, increasingly, individual projects of the children the strategy of social reproduction of family farming.

Key Words: Family farm, generational succession and rural development.

JEL: J00, R00.

¹ Artigo recebido em setembro de 2011 e aprovado em março de 2012. Este estudo recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

² Agrônoma, Mestre em Administração (UFLA) e doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Pesquisadora visitante do Institute of Development Studies da University of Sussex (UK). Pesquisadora do Instituto Agronômico do Paraná - Unidade Regional de Pato Branco. E-mail: normak@iapar.br.

³ Agrônomo, Mestrado em Administração (UFLA) e doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Pesquisador visitante do Institute of Development Studies da University of Sussex (UK). Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR (Campus Pato Branco). E-mail: perondi@utfpr.edu.br.

⁴ Veterinário. Extensionista da EMATER-PR. Regional de Pato Branco. E-mail: josenuesvieira@emater.pr.gov.br.

Introdução

Com o objetivo de desenvolver e difundir sistemas melhores de produção para a agricultura familiar paranaense, o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), vem desenvolvendo desde 1998, o projeto intitulado “Redes de Referências para a Agricultura Familiar”.

Por sua concepção, esse projeto passou a buscar na unidade de produção familiar, o melhor entendimento dos problemas relativos a geração, adaptação e difusão de tecnologias. No Projeto Redes, todos os membros das famílias atendidas são considerados agentes ativos, com poder de agência, cujas interações internas e externas produzem as relações sociais que interferem na formação de seus objetivos e das estratégias usadas para atingir estes objetivos. Ao buscar a participação de todos os membros, independente de gênero e idade, nas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, este acaba por oportunizar um diálogo sobre a questão da sucessão familiar dos empreendimentos rurais.

Vários são os estudos com os agricultores familiares que apontam a sucessão familiar como um ponto crítico na reprodução social destes. E, de modo geral, considera-se a sucessão geracional na agricultura familiar de grande importância, não apenas para os membros da família diretamente envolvidos, mas também para a reprodução dessas unidades de produção ao longo do tempo, o tecido social e a aparência das áreas rurais, assim como a estrutura do setor agrícola (BRUMER, 2007).

Entretanto, como também constatou Brumer (2007), é importante para o avanço das pesquisas sobre a sucessão e migração dos jovens, desenvolver estudos sobre os fatores que atraem os jovens para a atividade agrícola e para a vida no meio rural. Assim, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq., investigou-se o processo de sucessão numa unidade de produção na qual os jovens demonstram intenções claras de permanecer e construir a sua vida futura no estabelecimento rural, no intuito de trazer algumas “luzes” a este debate.

O Condomínio Pizzolatto, um grupo social acompanhado pelo Projeto Redes, que apresentou e experimentou muita inovação tecnológica e é composto por famílias que se uniram e se dispuseram a realizar a gestão e a execução das atividades numa única unidade de produção de 153 hectares no município de Saudade do Iguaçu, no Sudoeste do Paraná. Assim, a partir do acompanhamento da trajetória destas famílias e entrevistas realizadas com os pais e os jovens inseridos nas atividades produtivas do Condomínio, buscou-se investigar e debater questões relacionadas à sucessão geracional da agricultura familiar.

Para tanto, o estudo inicia apresentando um debate teórico sobre a questão da reprodução social e sucessão na agricultura familiar, a seguir, resgata a trajetória das famílias que formaram o condomínio Pizzolatto, enfatizando o planejamento da sucessão e o ponto de vista dos jovens, para, por fim, analisar a perspectiva de sucessão e realizar algumas conclusões deste estudo de caso.

2 Reprodução Social e Sucessão na Agricultura Familiar

Na agricultura familiar, “terra, trabalho e família” se interpenetram e não podem ser consideradas em separado (CHAYANOV, 1974; KAUTSKY, 1972; WOLF, 1976), pois nestes fatores repousa a natureza e a dinâmica de um estabelecimento familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social (PERONDI, 1999). A essência da unidade de produção familiar não reside apenas no parentesco, mas no seu “modus operandi”, manifestação da trajetória de articulação e lógicas específicas, que podem levar à sua reprodução (SHANIN, 1996). Assim, a reprodução da agricultura familiar não é apenas material e produtiva, como apontou Perondi (1999, p. 5): “as sociedades não se reproduzem apenas por produzirem um excedente material, mas também porque reproduzem as condições sociais específicas da sua existência”.

Chayanov (1974) já afirmava que a reprodução camponesa se baseia na relação de equilíbrio entre produção e consumo, assim, qualquer unidade familiar tem um limite natural de produção, determinado pela proporção entre a intensidade de trabalho e as necessidades do grupo familiar. Entretanto, é preciso reconhecer as relações sociais como um fator importante de interferência nesse processo, assim, revisando autores como Wolf (1976), Tavares dos Santos (1984), Garcia Junior (1989) e Cáceres (1995); Perondi (1999) concluiu que:

[...] a reprodução social da agricultura familiar assume simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por relações no plano externo ao grupo doméstico. Tais movimentos procuram manter, repor e transmitir o patrimônio e o capital social⁵ de uma geração a outra, renovando a sociedade e seus membros. (PERONDI, 1999, p.7).

A sucessão é um processo vital para a reprodução social da agricultura familiar, pois o patrimônio, neste contexto, não é apenas a base de um negócio mercantil, mas, principalmente, é o alicerce sobre o qual repousa a manutenção e a própria organização da vida familiar. Com isso, a sucessão tem uma “particularidade decisiva: o negócio exige a continuidade do caráter familiar da gestão e do trabalho e suas dimensões não permitem que dele dependa mais que uma família”. Assim, geralmente, este processo não pode ser resolvido pela divisão entre dois ou mais sucessores, pois as áreas reduzidas não permitiriam a viabilidade econômica destas unidades (ABRAMOVAY et al, 1998, p.16).

A partir desse contexto de sucessor único, existem vários estudos sobre a dinâmica da sucessão na agricultura familiar que podem ser observados nos trabalhos de Tavares dos Santos (1984), Papma (1987 e 1992), Seyferth (1985), Woortmann (1995), Perondi (1999), entre outros, que, em suma, revelam que a família “escolhia” o sucessor entre os seus filhos. Em diferentes regiões do Brasil, este processo assumiu distintos padrões. No Sul, por exemplo, prevalecia a instituição do minorato, no qual a forma de transmissão do patrimônio privilegiava a permanência do ultimogênito, ou seja, o filho homem mais jovem. Como contrapartida, este ficava responsável pelos pais, que continuavam a morar no estabelecimento junto com a sua família. Os outros filhos recebiam o apoio da família para a compra de outras áreas de terra, para a compra de meios para a

⁵ Segundo Putnam (1996, p.177), capital social pode ser entendido como “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

realização das atividades em outros estabelecimentos ou para a continuidade nos estudos para prepará-los para alguma atividade fora do estabelecimento rural.

Esta lógica garantiu a reprodução social da agricultura familiar até os dias de hoje, tanto que no trabalho realizado por Abramovay et al (1998, p.30), ao avaliar os critérios de escolha do sucessor no estabelecimento do pai do atual responsável, os autores destacam que “chamou particularmente a atenção” que “a incidência de minorato foi, no passado, tanto maior quanto melhor é hoje a situação socioeconômica da família”.

Entretanto, esses mecanismos que objetivavam a indivisibilidade do patrimônio, considerando o projeto de reprodução da família em detrimento dos projetos individuais de cada filho, encontraram uma nova conjuntura de fechamento de fronteiras agrícolas e o crescente questionamento dos filhos, que iniciaram por desconsiderar as práticas tradicionais de aliança e reprodução do patrimônio, amparados pelo direito civil da herança, como pode ser visto nos trabalhos de Woortmann (1996), Abramovay et al (1998) e Perondi (1999).

Assim, enfrenta-se hoje um momento em que a sucessão depende diretamente, mesmo que não exclusivamente, dos projetos individuais dos filhos, pois a pressão moral dos pais sobre os filhos para garantir a reprodução social da família é menos evidente nos dias de hoje. Abramovay et al (1998, p. 36) explanam com propriedade sobre este momento:

A partir dos anos 70 a agricultura familiar do sul do país expõe-se a uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas, por outro, a idéia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais é cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. É a partir disso que emerge aquilo que podemos chamar **questão sucessória** na agricultura, é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade. (grifo dos autores).

Segundo Durston (1996 e 1998), um aspecto que está interferindo no processo de sucessão familiar é que as famílias apresentam menos filhos e os pais apresentam esperanças de vidas mais longas que no passado. Além disso, os jovens têm maiores possibilidades de educação e emprego que em gerações anteriores. Para o autor, os distintos aspectos da transição constituem um tipo de “síndrome indivisível”, na qual as mudanças são sistêmicas, onde a diversificação ocupacional, a maior cobertura educacional e as mudanças demográficas se retroalimentam e se reforçam mutuamente.

A globalização das comunicações e suas mensagens culturais, principalmente através dos meios de massa como rádio, televisão, filmes e vídeos, também estão tendo um impacto visível na juventude rural. Há impactos negativos, como aqueles que promovem valores de consumismo e mensagens negativas sobre a vida e cultura rural, entretanto, ultimamente há uma diversidade muito grande de mensagens e nem todas são prejudiciais ou desorientadoras para os jovens rurais.

Enquanto estas transformações avançam, outras se gestam no cotidiano das unidades de produção. As tensões tradicionais entre as idéias dos jovens sobre seu futuro e as de seus pais sobre o que eles devem fazer, são cada vez mais fortes. Ter menos filhos e ter uma proporção maior deles na escola significa que os pais

mantêm menor controle sobre o trabalho juvenil. De um lado, os filhos, principalmente os mais velhos, têm expectativas menores de herdar a terra de seus pais, já que estes vivem muitos mais anos. De outro lado, os jovens têm maiores oportunidades de empregar-se fora do campo e, em consequência, têm mais oportunidades de escapar da autoridade paterna, de forma parcial ou completa. “Para as jovens, esta mudança na relação com seus pais é mais dramático: todo um mundo se abre para elas e crescem as alternativas para questionar os papéis de dona de casa e mãe” (DURSTON, 1998, p.23)

A migração de jovens mulheres e homens tem diferentes significados em distintos estágios da transição demográfica e ocupacional. No caso dos homens, isto pode ocorrer quando jovens não qualificados migram, geralmente temporariamente, para complementar a renda insuficiente da família, especialmente nos estágios iniciais da formação de suas próprias famílias, quando eles têm pouco capital, terra e força-de-trabalho familiar que permita a sobrevivência destas, apenas na unidade de produção (DURSTON, 1996).

Outro aspecto registrado em pesquisas com jovens rurais é a predominância de moças no êxodo rural, o que causa uma relativa masculinização no campo (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999; ABRAMOVAY et al , 1998; FERREIRA e ALVES, 2009). Alguns fatores indicados para a ocorrência desse fenômeno foram: a condição de subalternidade da mulher nas relações familiares, a desvalorização das atividades que desempenham na agricultura familiar, a indivisibilidade do trabalho doméstico e o pouco espaço destinado a elas na atividade agrícola comercial, na qual são vistas apenas como “auxiliares”⁶.

Assim, as jovens mulheres buscam mais as novas alternativas a viver numa cultura tradicionalmente machista e tendem a frequentar mais anos da educação formal, pois isto pode significar um passaporte para empregos mais qualificados e menos penosos. O fato das moças dedicarem mais tempo aos estudos, enquanto os rapazes ao trabalho agrícola não deixa de ser revelador dos papéis sociais atribuídos a cada um dos filhos de agricultores do universo em questão. Estudar é visto como a principal via de acesso para o trabalho não agrícola e tido por grande parte das moças como uma possibilidade de realização pessoal e profissional, que não envolve apenas uma melhor remuneração, mas o reconhecimento e valorização do trabalho por elas realizado (Weisheimer, 2004).

Segundo Durston (1996), há tendências de haver uma associação entre pouca educação e predominância de migração masculina em regiões mais pobres, isoladas e com alta fecundidade e migração de jovens mulheres associada ao maior nível educacional em regiões mais modernizadas. No Oeste de Santa Catarina, Abramovay et al (1998) encontraram uma associação forte entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte daqueles que desejam este futuro.

A educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia aspectos que possam ser transpostos ou valorizem a realidade rural. Além disso, o ensino rural, mais que o urbano, padece de qualidade e, quase como regra, não dispõe de instalações, materiais e equipamentos suficientes e adequados. Outros obstáculos de ordem econômica e cultural estão presentes, destacando-se: a escassez de recursos financeiros da família, que não lhes permite custear a passagem de ônibus

⁶ Sobre o sentido de “auxílio” do trabalho feminino na agricultura familiar, ver o trabalho de Paulilo (1987), Moura (1978), Kiyota (1999), Brumer (2007), entre outros.

até a cidade; a necessidade da presença mais permanente de jovens nas atividades agropecuárias; as dificuldades de acesso à escola em função das longas distâncias, a falta de transporte ou condição precária da estrada; e o desinteresse pelo estudo, pois os conteúdos das disciplinas não estão adaptados à sua realidade social. Contudo, ainda com maior peso está o entendimento de muitos jovens e, principalmente de seus pais, de que para ser agricultor não é preciso estudar (FERREIRA e ALVES, 2009).

A situação desfavorável da educação entre os jovens rurais é evidente quando comparada com a dos jovens urbanos. Segundo Ferreira e Alves (2009), os dados da PNAD 2007 indicam que a taxa de analfabetismo da juventude rural é de 4,08%, mais de seis vezes superior à urbana, que é de 0,64%. O número médio de anos de estudo entre os jovens rurais é de 6,5 anos, enquanto entre os urbanos ultrapassa os nove anos. Se considerarmos somente a zona rural, é notável a diferença de escolaridade entre rapazes e moças. Estas apresentam uma taxa de analfabetismo de 1,45%, contra uma taxa masculina de 6,4%.

Durston (1996) aponta que se a preocupação principal for com o bem estar dos jovens, é preciso admitir que a migração em muitos casos seja o melhor para eles, principalmente em dois casos extremos. Primeiro, nas comunidades mais pobres e onde a terra improdutiva foi exaurida e fragmentada entre muitas crianças, para que todos possam sobreviver é preciso que alguns filhos saiam da unidade de produção para alguns poderem permanecer. Em segundo, nas comunidades mais modernizadas, onde os pais investiram na educação dos filhos, estes não podem ser impedidos de migrar para procurar melhores oportunidades de trabalho ou buscar ampliar o seu nível educacional, com opções não existentes localmente.

Entretanto, não é esta a realidade encontrada majoritariamente no meio rural brasileiro, muitos jovens estão migrando em função do ensino precário, das dificuldades de acesso ao serviço de saúde, da penosidade do trabalho agrícola e da falta de oportunidades de trabalho, que raramente extrapolam o universo familiar (FERREIRA e ALVES, 2009).

Brumer (2007) cita um trabalho anterior de Brumer, Rosas, Weishmeier (2000), em que os autores buscaram entender os fatores explicativos da presença de um número proporcionalmente maior de jovens numa região produtora de morangos do Rio Grande do Sul. O estudo apontou alguns indícios de associação entre diversificação produtiva, que requer um número relativamente maior de trabalhadores e proporciona uma distribuição mais equitativa do trabalho; volume de renda, pois só é possível dividir o que ultrapassa as necessidades mínimas necessárias à reprodução no ciclo curto; e divisão da renda entre os que trabalham, de um lado, e a absorção de jovens na atividade agrícola, de outro.

Segundo a mesma autora (BRUMER, 2007), pesquisas realizadas em outros países apontam outros fatores que interferem no processo de sucessão, tais como a localização do estabelecimento em relação às regiões metropolitanas; a idade do pai, da qual depende a transferência do poder decisório junto com a transferência da propriedade; e o tamanho do estabelecimento.

Segundo Mendes e Reis (2010, p. 2), situar o papel da juventude rural no processo de sucessão familiar, requer reconhecer os jovens “com condições de se desenvolver conforme seus anseios, seus desejos, sejam eles, monetários, sociais ou simbólicos”. Sendo necessário analisá-los como sujeitos, com “possibilidades de

escolha, não desinteressada ou neutra, mas consciente do seu papel no tempo e no espaço que ocupam”.

A família também assume um papel importante na tomada de decisão dos jovens, pois o seu desejo de permanecer na unidade de produção terá relação direta com o espaço que ele conquista dentro da estrutura produtiva, que na agricultura familiar associa família, produção e trabalho (WANDERLEY, 1996). Assim, o espaço ocupado pelo jovem nesta estrutura familiar, é o que proporciona seu reconhecimento simbólico e material, fatores que influenciam diretamente as suas escolhas. (MENDES e REIS, 2010)

Considerando estas contribuições, neste estudo todos os fatores externos e internos à unidade de produção serão considerados na análise do início do processo de sucessão estudado, mas acima de tudo, será considerada a voz dos jovens e das famílias e suas estratégias na preparação deste processo. Para isso será utilizado a Perspectiva Orientada aos Atores – POA, abordagem que com o conceito de agência, coloca os atores sociais no centro das atenções, permitindo a análise dos repertórios culturais dos atores, dos processos de mediação, das interfaces de relacionamento entre os diversos atores e das interações sociais e, também, compreender os “projetos” e “mundos” de vida destes (LONG, 2006).

A agência dos atores sociais desenvolve-se através de três noções importantes e inter-relacionadas: os processos de poder, do conhecimento e das interfaces entre os atores sociais. As configurações de poder trazem a idéia de projetos entrelaçados dos atores, compostos de conjuntos heterogêneos de relações sociais que alojam valores, significados e noções de autoridade, controle, dominação e subordinação e se sustentam através da distribuição de recursos e competências específicas. Os processos de conhecimento constituem as maneiras que os atores apreende cognitiva, organizativa e emocionalmente o mundo que os rodeia. Fazem isso, sobre a base de suas próprias experiências e entendimentos, assim como com as dos outros (nos processos de interação, formação de redes, contatos), gerando novas bases para a compreensão e a construção do seu conhecimento (LONG, 2006).

Assim, para o estudo do processo de preparação da sucessão familiar no Condomínio Pizzolatto, iniciar-se-á pela compreensão da trajetória destas famílias.

3 A trajetória das famílias do Condomínio Pizzolatto

A constituição do Condomínio Pizzolatto ocorreu em 2001, quando as famílias de quatro irmãos, que moravam no município de Saudade do Iguaçu no Sudoeste do Paraná, se uniram com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de seus membros, a partir da gestão e realização de atividades compartilhadas numa única unidade de produção.

O processo de constituição do condomínio e de reconversão produtiva contou com o apoio do Projeto Redes de Referências para a Agricultura Familiar, que contava com uma equipe de pesquisadores e extensionistas do IAPAR e EMATER. Ainda individualmente, as famílias apontaram seu interesse em diferentes atividades agrícolas e, até mesmo, em algumas não agrícolas. A partir disso, a equipe do Projeto Redes possibilitou a realização de excursões para que as

famílias conhecessem experiências de outros agricultores nestas atividades, além da participação em processos de formação na área de crédito e organização.

De posse deste conjunto de informações, as famílias perceberam que poderiam juntar esforços num objetivo comum. Assim, reuniram os 28 hectares da família de RO♂, com os 28 hectares da família de AD♂, os 19 hectares da família de EU♂ e os 36 hectares da família de AL♂ e mais 42 hectares comprados em conjunto, totalizando os 153 hectares ocupados pelo Condomínio Pizzolatto. Desta forma, os recursos disponíveis de cada família se somaram ao trabalho conjunto formando um sinergismo que buscou obter melhores resultados do que poderiam fazer de forma individual.

Inicialmente, o grupo pensou em trabalhar com suinocultura ao ar livre e em ciclo completo, transformando o milho produzido na propriedade em carne para agregação de valor numa meta de gerar, pelo menos, meio salário mínimo por mês para cada família. Entretanto, o risco dessa atividade levou a que preferissem pelo leite, readequando as instalações feitas.

Essa foi uma decisão acertada, pois a bovinocultura de leite já estava em expansão na região, com a criação de laticínios, ampliação do número de produtores, o que facilitou a aquisição de tecnologia apropriada. Enquanto a atividade leiteira não apresentava retorno econômico e exigia investimentos na aquisição de animais e de equipamentos, a produção de grãos (soja e milho) foi utilizada para a geração de recursos visando o pagamento dos financiamentos que possibilitaram a construção de instalações e a aquisição de equipamentos e o custeio dos gastos das famílias.

Foi construída a estrebaria. Daí, foi comprada a ordenhadeira. Tínhamos vinte vacas. Nosso salário no começo era cem reais. Todas as famílias já tinham casa. Foi tudo melhorando, um pouco por ano, compramos trator, fizemos o barracão prá s máquinas, sala de alimentação para as vacas... (CL♀, 38 anos)

Com o cultivo de forrageiras, melhoria do plantel de vacas e a utilização de tecnologias adequadas às condições da unidade, a produção total do condomínio passou de 298 litros de leite por dia em 2004, para 1.359 litros em 2010. E, segundo os técnicos do projeto Redes, com mais alguns ajustes, como a venda de novilhas logo após a inseminação para diminuir a pressão de animais improdutivos sobre as forragens, é possível chegar à produção de 4.000 litros de leite por dia em alguns anos. Observa-se que hoje, toda a área que antes se utilizada para a produção de grãos (soja e milho), é utilizada para complementar a alimentação dos bovinos de leite.

Nos investimentos, a economia foi perceptível, pois toda instalação ou aquisição de equipamentos ocorreu de forma grupal, diminuindo os custos e viabilizando instalações, máquinas e implementos de maior qualidade e volume. No uso conjunto da terra, perceberam a vantagem da produção em maior escala, que permitiu a barganha de preço e uma quantidade de produto por família não exequível individualmente. E a otimização da força-de-trabalho refletiu em menor penosidade e maior satisfação.

No Projeto Redes, os agricultores se comprometem a receber outros agricultores, técnicos e estudantes que tiverem interesse na organização, gestão e nas tecnologias apropriadas pela sua unidade de produção. Assim, as famílias do Condomínio Pizzolatto são reconhecidas em todo o estado, sendo referência pela forma de organização, gestão e produção, pois há publicações sobre eles, várias

reportagens no rádio e televisão e mais de 10.000 pessoas já visitaram o seu estabelecimento em excursões, dias de campo, etc.

3.1 Planejando a sucessão familiar

No período de criação do condomínio, contava-se 15 membros, mas, em 2010, as famílias já contavam com 19 membros, sendo a Família 1 constituída por IN♀ e AL♂ e os filhos ROM♂, RAEL♂ e ROS♀; a Família 2 por CL♀ e EU♂ e os filhos VIT♂ e SAB♀; a Família 3 por RO♀ e AD♂ e os filhos VAN♂, VAN♀ e VAG♂; e a Família 4 por MA♀ e RO♂ e os filhos DÉB♀, DAIN♀ e ROB♂, como se observa no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Composição das famílias do Condomínio Pizzolatto nos anos de 2001 e 2010.

Membros	2001		2010	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Adultos	4	4	4	4
Jovens de 12 a 18 anos	-	-	3	3
Crianças menores de 12 anos	3	4	2	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

No início, o trabalho produtivo se concentrava nos homens adultos, com as crianças exigindo muita atenção das mulheres, entretanto, logo cada um foi assumindo funções mais específicas e as mulheres também se inseriram nas diferentes atividades.

Tipo assim, o RO♂ e o AL♂ tinham feito o curso de leite, daí assumiram isso, né. Daí na época que a gente foi se juntado, como meu marido morava em Chopinzinho, eles decidiram que o EU♂ devia ficar com a parte externa de compra, venda, bancos etc. E, eu via que ele não dava conta, tinha boletos que estavam atrasados um ano nas gavetas... Daí comecei a ajudar ele, anotar as coisas, organizar os papéis, as contas, tim tim por tim tim (CL♀, 38 anos).

“Eu entrei, porque o RO♂ e o AL♂ ficavam o mês inteiro nas vacas, no começo, porque o EU♂ e o AD♂ cuidavam só das lavouras. Daí, ele [RO♂] vinha lá pelas dez horas prá estrebaria e as bezerras berrando sem comer, ficava atrasada a comida. Daí, um dia, ele pediu pra mim tratar delas porque não dava tempo. Eu fui organizando e foi indo e, daí, eu comecei a tomar conta delas. O pessoal ficou meio assim no começo, de pagar pra tratar elas, mas depois viram que era necessário. Daí, eu fiz uns cursos e peguei gosto. Eu gosto delas e desse trabalho” (MA♀, 33 anos).

Assim, três mulheres assumiram funções nas atividades produtivas e são remuneradas por estas atividades. Apenas uma das esposas não é remunerada, por ter problemas de saúde que a impede de assumir determinadas atividades, mas, mesmo assim, executa as atividades em seu lar e ajuda a recepcionar os inúmeros visitantes que a propriedade recebe.

O mesmo ocorreu com os jovens que foram atingindo idade suficiente para assumir determinadas tarefas. E, a partir do momento que passaram a se responsabilizar por alguma tarefa, também começaram a ser remunerados. Assim, atualmente, três jovens recebem trezentos reais por mês para exercer atividades que ficam sob sua responsabilidade e auxiliam os adultos nas outras atividades. A outra jovem está ainda num momento de transição para assumir atividades de maior responsabilidade. E uma jovem e um menino de onze anos já participam de atividades leves, pelos quais recebem cem reais por mês.

Eles recebem desde quando começam a trabalhar. Que nem o meu piá e a da Inês, eles limpam o estábulo e ganham cem reais por mês pra isso, uma vez pela manhã a cada dia. A DÉB♀, agora começou a ordenhar, está em teste, ganha cem reais também, o mesmo de antes quando ela cuidava dos cabritos. Vamos ver se ela se der bem, daí, vamos conversar pra aumentar o salário dela. Os outros piás mais velhos ganham trezentos reais cada um, mas também ajudam em tudo, desde as vacas até tudo na lavoura, cerca, construção, o que tiver, eles fazem... (CL♀, 38 anos).

A proposta de remuneração originou-se de uma necessidade do grupo, que buscou uma forma mais equitativa de remunerar a força-de-trabalho de cada família. Como estas apresentavam composição, idade e condições de trabalho diferenciadas entre seus membros, a solução encontrada foi remunerar cada componente e não a família como um todo.

Como não há uma igualdade de mão-de-obra nas famílias tinha que remunerar a pessoa, né. Os filhos também não tinham a mesma idade, uns tinham que trabalhar antes e daí já recebiam... (EU♂, 41 anos)

Entretanto, logo perceberam que a remuneração do trabalho dos jovens trouxe outros benefícios, como a percepção do trabalho necessário para suprir as demandas da família, a importância do planejamento na utilização da remuneração para adquirir alguns bens e a própria valorização do trabalho de cada um.

“Hoje eles não precisam pedir: ‘pai me dá dinheiro’. Eles valorizam porque é sofrido, não cai do céu. Tem que batalhar pra ganhar. Eles executam suas vontades, que cada um tem, uns compraram as motos. No nosso tempo não tinha isso, a gente explica que não é da noite pro dia que se têm as coisas,

que o que tem aqui hoje também foi batalhado” (RO♂, 37 anos).

A distribuição do trabalho respeita o tempo necessário para os estudos e lazer. Todos os jovens e crianças freqüentam a escola no próprio município, exceto um deles que percorre diariamente a distância de 60 quilômetros para fazer um curso técnico de eletromecânica em outro município. A proposta das famílias é que todos os jovens e crianças continuem estudando, pelo menos até que estes tenham concluído uma graduação ou um curso técnico.

A preocupação das famílias com a melhoria da qualidade de vida é visível. Após entrarem numa fase em que a renda se mostrou mais consolidada, na qual a manutenção das famílias foi garantida, a escolha dos investimentos em instalações, máquinas e equipamentos a serem feitos, sempre leva em consideração a diminuição do tempo e penosidade de trabalho.

“No tempo que fazíamos feno, não tinha o maquinário, eles cortavam, tirava tudo com o rastelo. Pegar com as mãos e jogar em cima do caminhão, era mais sofrido. Hoje o trabalho que tem é pelo aumento da produção e menos sofrido pela ajuda do maquinário” (CL♀, 38 anos).

A atividade leiteira é considerada penosa, tanto pelo número de horas quanto pela constância de trabalho, o que impede que as famílias se ausentem das unidades de produção por mais de algumas horas. No caso do Condomínio, a inserção dos jovens permite a organização do trabalho de forma a permitir que as famílias consigam usufruir dez dias de férias por ano e, nos finais de semana, revezam-se nas atividades de ordenha e manejo dos animais, liberando uma família a cada final de semana. Isso faz com que consigam amenizar a demanda diária de trabalho da atividade leiteira, pois possuem momentos em que podem viajar para fazer cursos, conhecer outras experiências, visitar os parentes ou, simplesmente, viajar por diversão ou aproveitar tranquilamente o seu final de semana.

O mesmo intuito de propiciar certo conforto e momentos de lazer está presente, nas reformas das casas, na compra de veículos e motos, na construção de um campo de futebol e área de lazer e no projeto de paisagismo das áreas próximas das casas, do centro de vivência, beiras de estrada e na entrada da propriedade. Isso pode ser percebido pela fala de um dos agricultores sobre o campo de futebol, construído dentro da área do Condomínio: *“Todo mundo vai poder aproveitar, vai ser pra comunidade, por que no fim de semana a piazada não tinha o quê fazer, lazer, né. Mas vai ter as regras daqui, né...”* (AL♂, 51 anos).

As famílias da vizinhança sentem os reflexos desta dinâmica. Os inúmeros eventos realizados na sede da comunidade que fica ao lado da propriedade, os cuidados com as estradas que passam pelo interior do estabelecimento do Condomínio e a construção do campo de futebol que poderá ser utilizado, também, pelas outras famílias da comunidade, fazem com que a comunidade seja beneficiada com a melhoria de sua infra-estrutura e a movimentação de recursos, acesso a tecnologias e a interação das famílias.

Os agricultores do condomínio estão em busca de alternativas produtivas visando o futuro de seus filhos, principalmente, daqueles que se definirem pela continuidade na unidade de produção. Assim, já implantaram uma pequena área experimental de uva e estão estudando e conhecendo as experiências de outros agricultores que já trabalham com fruticultura ou agroindústria para produção de produtos lácteos ou geléias e doces.

“Na verdade, vai precisa que aumente as atividades. Porque os filhos que ficarem aqui, vão sendo remunerados. Então, tem que ter mais renda, também, pra poder dar trabalho pra eles, né. Pra quem quiser ficar, né” (CL♀, 38 anos).

A diversificação das atividades amplia o ingresso e maximiza a força-de-trabalho possibilitando que diferentes atividades possam ser assumidas por indivíduos com distintas habilidades e formações. Assim, novas estratégias que obtenham um maior valor agregado e geram uma maior renda por área demandam uma melhor formação dos novos membros. Assim, os pais não buscam decidir pelo jovem sobre a simples permanência ou não no estabelecimento rural, mas, buscam prepará-los de forma a garantir que possam ser bem sucedidos, independente de qual seja a sua escolha. Assim, quando foi perguntado sobre a continuidade dos filhos na unidade de produção, a resposta foi de que: “(...) *essa é uma pergunta que a gente gostaria de saber a resposta, mas depende deles...*” (EU♂, 41 anos).

Mas, nas ações destas famílias percebe-se que eles trabalham para construir um cenário para que a permanência na unidade de produção seja uma boa alternativa para seus filhos. Isso ocorre porque eles realmente acreditam que a vida dos filhos na unidade de produção pode ser muito boa, assim, como é para eles.

“Na verdade, o RO♂, ele sempre fala que o sonho dele era não precisar sair da roça pra evoluir na vida, que não precisasse sair do interior e ir pra cidade pra crescer. Porque, na verdade, a gente se quiser tem a oportunidade de crescer a mesma coisa e ser o que quiser, basta acreditar no que quer e trabalhar em cima daquilo” (MA♀, 33 anos).

3.2 O ponto de vista dos jovens

Ao entrevistar a geração dos filhos que já atua no Condomínio, isto é, os seis que recebem remuneração pelo trabalho, verificou-se que a opção por permanecer na unidade de produção é considerada por eles como uma ótima alternativa, senão a melhor opção para seu futuro. Isso reflete a condução da unidade de produção realizada pelos pais, que visou a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da penosidade do trabalho, o reconhecimento do trabalho dos jovens e a busca da diferenciação produtiva. Mesmo considerando que os entrevistados sejam muito jovens, todos afirmam categoricamente que planejam permanecer no estabelecimento após a aposentadoria dos pais. Apenas o mais jovem deles afirmou que gostaria de trabalhar e construir sua vida fora da propriedade: “[...] eu

acho que a melhor coisa que tem é ficar aqui, né. Prá mim, eu penso assim: o cara não vai querer sair, morar fora. Pode até ganhar mais que aqui, mas daí, vai ser mais gasto...” (VAN♂, 17 anos)

Os três jovens homens apontam que gostariam de continuar atuando na produção de leite, mas, gostariam de continuar os estudos até atingir o curso técnico ou uma graduação.

“Fazer uma faculdade, quem sabe, né. Fazer alguma coisa pra eu ficar aqui. Não precisamente uma faculdade, pode ser um curso técnico, uma coisa assim. Prá ficar na propriedade, não tenho intenção de sair daqui. [...] Prefiro ficar na produção do leite, ou também, quem sabe mudar de idéia depois” (VAN♂, 17 anos).

“Eu já terminei o ensino médio e estou fazendo um curso técnico em Eletromecânica. Depois de terminar, pretendo fazer Administração, ou alguma outra coisa pra poder ajudar aqui dentro da propriedade. [...] Seria dividido o serviço, né. Eu queria ficar aqui na produção de leite e falar pros mais novos estudar prá se aperfeiçoar prá industrializar o leite” (ROM♂, 18 anos).

“Terminar o ensino médio. Daí, fazer um ano e meio no colégio agrícola pra poder trabalhar aqui com as vacas, na produção de leite” (RAEL♂, 16 anos).

As jovens que já estão ajudando na ordenha disseram que querem continuar atuando na unidade de produção, pois duvidam que possa aparecer uma oportunidade melhor fora desta. Entretanto, diferente dos jovens homens, dizem querer trabalhar na agroindústria de produtos lácteos, para estudar e vivenciar experiências novas.

“Só saio se aparecer alguma proposta diferente... Melhor que essa [continuar na unidade de produção], acho que nunca vai surgir. Mas, de repente, dá pra pensar. [...] Pretendo fazer uma faculdade de Agronomia, agora surgiu a proposta do colégio agrícola também, e depois me especializar, pra tentar fazer produção de queijo. Prefiro trabalhar na agroindústria, aprender coisa novas, não só ficar no mesmo lugar, mesma rotina” (DÉB♀, 14 anos).

“Quero terminar o segundo grau, fazer uma faculdade de Agronomia ou Biologia. Gosto de mexer com as plantas, natureza, e acho que vou voltar a trabalhar no condomínio. Na agroindústria de queijo, se já tem gente trabalhando em um lado, a gente vai pro outro” (ROS♀, 14 anos).

Na primeira entrevista acima, a jovem deixa claro a sua expectativa positiva em relação ao planejado investimento numa unidade de agroindustrialização do queijo. Como afirmam Ferreira e Alves (2009), as perspectivas e projetos de

desenvolvimento na unidade de produção, com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida, somada à segurança, em termos de moradia e alimentação, atuam como fatores de retenção dos jovens no meio rural.

O menino foi o único que disse desejar seguir uma carreira no meio urbano e sua resposta foi dada de forma contundente: “Eu quero fazer faculdade de Engenharia, Arquitetura... e quero trabalhar fora do condomínio” (VIT♂, 14 anos).

Todos os jovens declararam que vão continuar os estudos com o objetivo de se preparar para as suas opções profissionais futuras, independentemente, se estas serão realizadas dentro ou fora da unidade de produção. Este fato diferencia a situação destes jovens em relação aos dados levantados em outras regiões, em que os jovens que permanecem na unidade de produção, apresentam níveis inferiores de escolaridade em relação àqueles que vão trabalhar no meio urbano (ABRAMOVAY et al, 1998; FERREIRA e ALVES, 2009).

A remuneração é vista como uma conquista pelos jovens. O mais velho utiliza este recurso para pagar os custos de deslocamento e os materiais necessários para a conclusão dos seus estudos, os outros pagam os financiamentos realizados para a compra de suas motos. Além disso, compram suas roupas, acessórios, etc. e custeiam seu lazer. As meninas, que por enquanto recebem menos, compram roupas e acessórios. O menino menor, que recebe igual às meninas, está guardando seu dinheiro, segundo ele, para comprar uma moto futuramente. Nas respostas deles sobre o destino dado à remuneração de cada um, percebe-se a satisfação deles em ter este recurso, poder definir no que gastá-lo e não ter que pedi-lo aos pais para suprir determinadas necessidades ou desejos.

“Compro roupa, guardo um pouco, invisto no que precisa...” (DÉB♀, 14 anos).

“Eu pago a moto e o que eu compro o pai não precisa me ajudar” (RAEL♂, 16 anos).

“Como ele [RAEL♂] paga a moto, eu ajudo a abastecer e pago meus estudos. O resto a gente compra alguma coisa” (ROM♂, 18 anos).

“Um pouco pago a moto, um pouco eu saio nas festas. Compro roupa, o que sobrar, sobra, né. Compro tênis também. O pai só dá comida” (VAN♂, 17 anos).

As duas jovens apresentam formas diferentes de ver a remuneração de seu trabalho. Como pode ser visto pelas suas falas:

“Valoriza bastante, alguns que outros não valorizam, por que nunca trabalharam na vida, não sabem o que é sofrer” (DÉB♀, 14 anos).

“É uma surpresa bem grande, a gente não imaginava ganhar dinheiro realizando esse serviço... com uma coisa difícil e às vezes fácil, também” (ROS♀, 14 anos).

A primeira jovem demonstra segurança em dizer que o seu trabalho é remunerado porque este tem valor, sendo necessário esforço para realizá-lo. Entretanto, a segunda jovem demonstra surpresa por ser remunerada pelo serviço realizado por ela, deixando entrever a opinião muito comum no meio rural de que o trabalho realizado pelas mulheres é apenas uma “ajuda”, isto é, um complemento de menor importância ao trabalho executado pelos homens, como já foi discutido por autores, como Paulillo (1987), Durston (1996; 1998), Kiyota (1999), Brumer (2007), entre outros.

No Condomínio, os homens adultos recebem um mil e quatrocentos reais por mês para a manutenção das famílias e as mulheres recebem trezentos reais, segundo eles, para o seu uso pessoal. Entretanto, como pode ser observada na resposta a seguir, boa parte da remuneração das mulheres acaba sendo utilizada com a casa e os filhos: “A gente acaba deixando tudo meio junto, pra casa, pros filhos. Mas, assim, se você quer comprar um vaso pra casa, você tem o teu dinheiro, né!” (MA♀, 33 anos)

Assim se remuneram as atividades de produção agrícola, mas não as atividades domésticas. Eles alegam que esta diferenciação é realizada devido às atividades domésticas não serem realizadas coletivamente, mas em cada casa ou família. Entretanto, este fato contribui para a diminuição da visibilidade do trabalho feminino realizado nos domicílios.

Esse processo ainda não foi verificado na valorização do trabalho das jovens, pois a remuneração inferior das jovens do gênero feminino é explicada pela diferença de idade, por estas serem mais novas que os jovens homens. Mas, isto pode se tornar um tema que pode causar alguns conflitos futuramente, pois em muitos momentos é dito que aqueles que “realizam trabalhos mais pesados, recebem mais”, isto seria não considerar o valor das diferentes atividades para a unidade de produção.

A participação das famílias no Projeto Redes de Referências para a Agricultura familiar faz com estes jovens tenham contato com muitas pessoas de diferentes formações, oriundas de diferentes regiões do estado, do país e, até mesmo, de outros países. Mesmo que estes dias de campos, cursos e visitas façam com que eles tenham que trabalhar mais, o fato de conviverem com estas pessoas, apresentarem a sua experiência e serem valorizadas por elas, faz com que os jovens se sintam bastante valorizados e melhor preparados para enfrentar os desafios que as novas atividades colocam em um futuro próximo.

Este processo pode ser verificado nas próprias entrevistas, nas quais se percebe que estes jovens não se sentem intimidados como seria comum nas entrevistas com a maioria dos jovens rurais da região. Eles mesmos assumem que a participação nos diferentes eventos ocorridos em sua unidade de produção, trouxe maior autoconfiança para enfrentar os diferentes desafios encontrados no seu dia-a-dia: “Ah! Perde a vergonha, né. Até para apresentar os trabalhos no colégio, antes dava vergonha apresentar lá na frente, agora é tranquilo” (VAN♂, 17 anos).

Além disso, a auto-estima também contribui para esta segurança. Para eles, o fato de serem agricultores não é considerado negativamente, mas sim, um motivo de orgulho, pois os colegas e professores e aqueles com quem estes convivem fora da unidade de produção admiram o trabalho realizado por eles.

“Os professores vieram aqui conhecer, eles acharam que era outra coisa. Nossa! Agora, até a confiança dos professores, a gente ganhou!” (DÉB♀, 14 anos).

“Alguns perguntam, pedem a quantia de leite, animais... Daí, eu falo e eles se surpreendem. [...] Eles se sentem admirados, né, por Saudade ter isso aqui...” (ROM♂, 18 anos).

Considerando a discussão que Wanderley (2007) faz sobre os jovens em pequenos municípios, precisa-se tomar cuidado com este indicador de autoconfiança. Como, com exceção do mais velho deles, os jovens ainda estudam em seu município, é preciso lembrar que Saudade do Iguazu tem apenas 5.007 habitantes e os municípios vizinhos na sua maioria estão com a população abaixo ou próximos de 20.000 habitantes (IBGE, 2010), assim, não há um ambiente realmente urbano para analisar o comportamento destes jovens num ambiente realmente estranho à sua realidade. Por enquanto, mesmo quando estes se relacionam com indivíduos urbanos, isto ocorre no seu ambiente e quando eles precisam se expor, geralmente, é sobre o seu próprio dia a dia. Entretanto, isso não invalida as diferenças existentes na autoconfiança destes jovens e a maioria dos jovens encontrados nesta região.

Os jovens acompanham as atividades realizadas na unidade de produção desde crianças, assim, eles percebem a diferença ocorrida com os investimentos realizados com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e diminuir a penosidade deste. Assim, mesmo que as atividades realizadas ainda demandem bastante esforço e muitas não serem muito agradáveis, eles sabem que é possível ir aprimorando as condições de trabalho, tornando-o menos penoso. Além disso, a organização das atividades de forma a permitir pelo menos um final de semana livre por mês e alguns dias de férias por ano fez com que os jovens percebessem que há formas de ter momentos de lazer, sem comprometer a produção.

“Qualidade de vida, você poder sair no fim de semana sem compromisso. Daí chega em casa na hora que quer, porque se você trabalha e tem uma responsabilidade, você sai, mas, tem hora, né” (VAN♂, 17 anos).

A organização das responsabilidades e atividades por áreas, na qual há uma pessoa ou equipe responsável por determinadas etapas da produção, faz com que estes conheçam mais aprofundadamente a sua função e possam estar aperfeiçoando continuamente o processo. Assim, os jovens que integram estas equipes participam das decisões, no sentido de propor alterações que possam aprimorar cada uma destas etapas.

“Eu vejo de uma forma assim... É mais fácil de trabalhar. Uns cuidam de uma parte, outros cuidam de outra. Dois trabalham na agricultura, outros cuidam das vacas e dois cuidam do pasto, passam adubo, essas coisas. E, também é mais fácil de organizar para cada fim de semana, uma família fica de folga e as outras trabalham” (VIT♂, 14 anos).

“É uma proposta de poder se organizar, né. Dividir as tarefas e poder o serviço ser mais distribuído e o pessoal sofrer menos. [...] no serviço mesmo, às vezes surge uma idéia e a gente fala. Daí, os tios complementam e a coisa acontece” (VAN♂, 17 anos).

Com isso, os jovens começam a participar da gestão das atividades da unidade de produção. Eles, também, participam das reuniões deliberativas do Condomínio, assim, ficam cientes das decisões tomadas, das motivações de cada decisão e do que será necessário para se atingir determinada meta. Desta forma, os jovens se sentem parte da gestão do Condomínio como um todo, mesmo que as decisões finais ainda sejam tomadas pelos seus pais.

4 Perspectivas da sucessão familiar no Condomínio Pizzolatto

Este estudo aponta a perspectiva de sucessão da unidade de produção a partir dos projetos dos jovens, que mesmo tendo seus pais ainda jovens, já participam do processo de planejamento das responsabilidades que os preparam para a sucessão futuramente. Um processo que inicia no período da vida dos pais, diferente do que ocorre usualmente no Brasil, em que a sucessão se dá por um processo de herança, após o falecimento do pai predecessor (BRUMER, 2007).

A lógica da agricultura familiar determina que as relações produtivas tenham como base compromissos e obrigações familiares, fazendo com que o trabalho de seus integrantes não envolva questões salariais, porque tem como finalidade a reprodução social da família e da unidade de produção e não a acumulação de capital. Entretanto, como o processo de trabalho organiza tanto o espaço agrícola como o das relações de gênero e geração, a remuneração do trabalho e a participação dos jovens na gestão das atividades, nos quais estes assumem parte das responsabilidades, fazem com que estes sintam o reconhecimento deles mesmos como uma unidade produtiva parcialmente autônoma. Isso ocorre pelo espaço que estes ocupam dentro da estrutura produtiva, que na agricultura familiar associa família, produção e trabalho. Como consequência, os jovens se sentem mais visíveis dentro da unidade de produção, trazendo reflexos diretos à autoestima destes.

Segundo Champagne (1986) citado por Brumer (2007), entre os aspectos negativos indicados pelos jovens, destacam-se a ausência de férias, fins de semana livres e horários regulares de trabalho, além da atividade agrícola ser considerada árdua, penosa e difícil, submetendo os trabalhadores ao calor, frio e a posições de trabalho pouco confortáveis e os rendimentos são baixos, irregulares e aleatórios. Considerando esses aspectos, podemos dizer que a estratégia das famílias é atacar, exatamente, os fatores considerados mais negativos na vida rural, fazendo com que a permanência na unidade de produção seja considerada uma alternativa muito interessante para os jovens destas famílias.

Observou-se também que a remuneração individual pelo serviço realizado pelo jovem teve um grande impacto na auto-estima e na criação de vínculos mais fortes de responsabilidade e pertencimento ao condomínio familiar. Um estímulo monetário que de certa forma contradiz o pressuposto do trabalho não mercantil

do trabalho doméstico e evidencia a necessidade de considerar, cada vez mais, os projetos individuais dos filhos na estratégia de reprodução social da agricultura familiar.

Apesar dos jovens já conhecerem cidades maiores através da televisão e de viagens esporádicas, como apenas um dos jovens já está estudando em um município pólo da região, os jovens ainda estão iniciando os seus primeiros contatos com o cotidiano de um centro urbano e ainda podem ter muita interferência das experiências que irão ter ao estudar fora do seu município, pois como já apontado por Wanderley (2007, p.22), pequenos municípios, como Saudade do Iguaçu, “fazem parte do mundo rural, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento que exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência”, assim, “parece evidente que estas cidades, pela sua própria dimensão, impõem limites a uma verdadeira experiência da vida urbana”.

Assim, os jovens ainda vão sofrer muitas influências do modo de vida urbano, o que pode interferir em suas disposições atuais de construir o futuro deles na unidade de produção. Entretanto, caso as atividades produtivas continuem a dar certo, uma renda razoável somada à estratégia que visa o bem estar das famílias atuais e futuras, torna a unidade de produção uma opção desejável para os filhos construir o seu futuro. Desta forma, alguns dos jovens podem encontrar razões para optar por um futuro no meio urbano, mas isso, provavelmente, não ocorrerá por não ter a sua unidade de produção, como uma alternativa a ser considerada.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.35-52.

CÁCERES, D. M. Estrategias campesinas en sociedades rurales contemporaneas. **Revista de la Facultad de Agronomía**, Buenos Aires, v.15, n.1, p.67-72, 1995.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA. 1999. 28p. (Texto para discussão nº 621).

CHAYANOV, A. V. **La organización de La unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974. 342p. Tradução de: Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú. 1925.

DURSTON, J. **Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change.** In: COOK, J. F. (ed.). Expert Consultation on Extension Rural Youth Programmes and Sustainable Development. Rome: FAO. 1996. P. 45-63. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/w1765e/w1765e08.htm>.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual.** Santiago: CEPAL. 1998. 41p. (Serie Políticas Sociales 28).

FERREIRA, B.; ALVES, F. **Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar.** In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (org.). Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009. p. 241-258.

GARCIA JR., A. R. **O sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UNB/MTC/CNPQ. 1989. 285p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Primeiros dados do Censo Populacional 2010.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm. Acesso em: 30 nov 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Porto: Portucalense Editora. 1972. 221p.

KIYOTA, N. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema: Região Sudoeste do Paraná.** Lavras: UFLA. 1999. 149 p. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural).

LONG, N. **Sociologia Del Desarrollo: uma perspectiva centrada em el ator.** Colección Investigaciones: México. 504 p., 2006.

MENDES, D. M.; REIS, M. dos. **Juventude da agricultura familiar: gênero em foco.** Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos. 6p. 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278303008_ARQUIVO_FazendoGenero.pdf. Acesso em: 18 de março de 2010.

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança.** São Paulo: Hucitec, 1978. 100p.

PAPMA, F. **Contesting the Household Estate – Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture.** Centre for Latin American Research and Documentation, Leiden. (Holanda). 1992. 276p.

PAPMA, F. **Fim da picada: filhos sem terra numa comunidade onde terminou a fronteira agrícola.** 1987, 26 p. (mimeografado).

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Brasília, v.5, n.28, p.64-70, jan-fev. 1987.

PERONDI, M. A. **As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas Gerais e de colonos do Sudoeste do Paraná.** Lavras: UFLA. 1999. 166p. (Dissertação de Mestrado em Administração Rural).

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, 257p. Tradução de: Making democracy work: civic traditions in modern Italy.

SHANIN, T. Campesinato. In: OUTHWAITE, W., BOTTOMORE, T., GELLNER, E. et al. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahard Editora. 1996. 970p. Tradução de: Blackwell dictionary of Twentieth-Century social thought. (Oxford – Inglaterra).

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n.52, p.1-27, mai, 1985.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês.** 2 ed. São Paulo:HUCITEC, 1984. 182p.

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1996. P. 1-30.

WEISHEIMER, N. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais:um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre: UFRGS. 2004. 216 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

WOLF, E. R. **Sociedades camponesas.** Tradução de Osvaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976. 150p. Tradução de: Foundations of Modern Antropology. (PRENTICE HALL INC. de New Jersey – EUA, 1966).

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste.** São Paulo – Brasília: Editora da USP: HUCITEC/EDUNB. 1995. 336p.